

EMPREGO E RENDA

Só criar emprego não elimina pobreza, diz estudo da FGV

Trabalhadores jovens e informais formam o maior contingente de pobres

Sabrina Lorenzi*
do Rio

A criação de alguns milhões de empregos, projeto perseguido com prioridade pelos candidatos à presidência República, não eliminaria nem 10% da pobreza brasileira. É o que revelam levantamentos coordenados pelo economista Marcelo Cortes Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais (CPS), da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ).

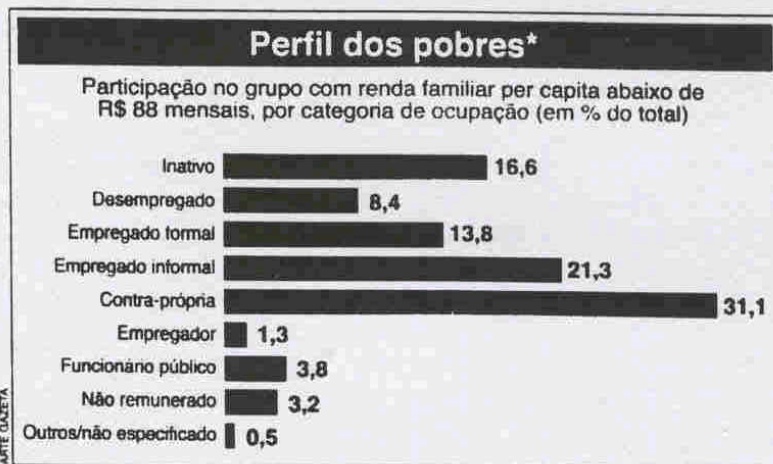
No exército de 50 milhões de pobres brasileiros — aquele grupo de pessoas com renda familiar per capita inferior a R\$ 88 mensais e classificados pela FGV, mais rigorosamente, como miseráveis —, as famílias chefiadas por desempregados somam 8,4%.

Para atacar a pobreza, além do emprego, de acordo com os estudos de Neri, seria necessário enfrentar a informalidade no mercado de trabalho. Mais da metade dos trabalhadores informais estão abaixo da linha de pobreza. “Trabalhadores informais constituem o grande bolsão da miséria e é justamente o grupo para o qual quase não existem políticas sociais específicas”, disse Neri a este jornal.

Diferença salarial

Além da informalidade, a desigualdade salarial também é mais determinante na formação da pobreza do que o próprio desemprego. Trabalhadores com carteira assinada e emprego regular chefiam famílias com renda per capita que as coloca entre os pobres.

“Muitos chefes de família sustentam filhos com apenas um salário mínimo e, embora tenham empregos formais, nem por isso deixam de ser pobres; têm emprego formal mas não deixam de ser pobres”, diz Neri. “É uma prova dos efeitos perversos da brutal diferença entre os salários”, completa a socióloga Solange Sanche, coordenadora de pesquisas



* "miseráveis", de acordo com a classificação do CPS/FGV

do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Solange faz ressalvas ao estudo da FGV que aponta o pequeno peso do desemprego na formação da miséria e da pobreza no País. “O desemprego é a maneira mais rápida de se jogar alguém na pobreza”, destaca ela, sem negar a validade das conclusões do estudo de Neri, que dá ênfase, na eliminação da pobreza, aos projetos de formalização dos empregos. Muito mais do que os 8,4% de desempregados, são pobres, por exemplo, 31,1% dos trabalhadores por conta própria, assim como 21,3% dos trabalhadores sem carteira assinada e 16,1% dos chamados inativos.

“A boa notícia desse estudo é mostrar que seria barato erradicar a miséria entre famílias chefiadas por desempregados”, diz Neri. “A má notícia é que isso tem pouco impacto sobre a pobreza.” O fim da miséria entre famílias cujos chefes se encontram desempregados custaria R\$ 244 milhões por mês aos cofres públicos. Neri calcula que seriam necessários R\$ 38 mensais, em média, para que cada cidadão incluído nas famílias chefiadas por desempregados conse-

guisse sair da linha de indigência.

Marcelo Neri destaca que, de todo modo, os programas de governo dos candidatos à Presidência tentam contemplar, além do emprego propriamente dito, a melhoria de qualidade, o que significa combater a informalidade. É o caso, segundo ele do programa “Primeiro Emprego”, do candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Programas específicos

O alvo do programa são os jovens entre 16 anos e 25 anos. Metade dos desempregados, de acordo com o IBGE, estão nesta faixa etária, na qual se incluem também 43% dos trabalhadores informais. “Embora o enfoque da proposta seja o combate ao desemprego, a informalidade acaba sendo um alvo importante”, resume Neri.

Em vez de projetos específicos, Serra propõe concentrar esforços nos setores que empregam mais. “O enfoque do programa é mais setorial, com políticas específicas para os segmentos de construção civil, agropecuária e turismo, havendo também preocupação com a melhoria da qualidade do emprego”, avalia Neri.

*Gazeta Mercantil Tempo Real